

Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima, Teresina – Pl. CEP: 64049-440 – CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA 12ª PJ Nº 05/2025

EMENTA – Recomenda ao Secretário de Saúde do Estado do Piauí e a Diretora-geral do Hospital Infantil Lucidio Portella providências para o saneamento das irregularidades encontradas no relatório de vistoria 264/2024 – Nº 3 do CRM.

CONSIDERANDO que a vida e a saúde constituem direitos fundamentais do ser humano, sendo de relevância pública, conforme previsto no artigo 197, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal dispõe que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

CONSIDERANDO que o ordenamento jurídico confere ao MINISTÉRIO PÚBLICO atribuição para promover o inquérito civil, a ação civil pública e outras medidas cabíveis para a proteção de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos, e para propor ação civil coletiva para a defesa de interesses individuais homogêneos;

CONSIDERANDO que a Constituição da República inclui dentre as funções institucionais do Ministério Público a de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II);





Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima, Teresina – Pl. CEP: 64049-440 – CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

CONSIDERANDO que a Lei N° 8080/90, em seu artigo 2°, preconiza que "a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício";

CONSIDERANDO que o Hospital Infantil Lucídio Portella é a referência no Estado do Piauí em média e alta complexidade em pediatria, atendendo nas seguintes especialidades: pediatria geral; cirurgia; neurocirurgia; nefrologia; nefro cirurgia; hematologia; cardiologia; dermatologia; reumatologia; ortopedia; gastroenterologia; pneumologia; nutrologia; psicologia; fisioterapia; e triagem neonatal;

CONSIDERANDO o recebimento do Relatório de Vistoria nº 264/2024 – Nº 3 do Conselho Regional de Medicina no qual foi apontado irregularidades no Serviço de Anestesia.

CONSIDERANDO que tramita na 12ª Promotoria de Justiça de Teresina o Inquérito Civil Público Nº 65/2023 (SIMP 000044-027/2023), que visa apurar a necessidade de ampliação do número de médicos anestesiologistas no Hospital Infantil Lucídio Portella;

CONSIDERANDO que cabe a 12ª Promotoria de Justiça de Teresina atuar diante dos processos extrajudiciais e judiciais relativos à defesa da saúde nos feitos de responsabilidade do Estado do Piauí e da Secretaria de Estado da Saúde (inciso I do art. 35 da Resolução CPJ/PI Nº 03, de 10 de abril de 2018);

CONSIDERANDO que o Ministério Público, de ofício ou mediante provocação, nos autos de inquérito civil, de procedimento administrativo ou procedimento preparatório, poderá expedir recomendação objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba defender e, sendo o caso, a edição ou alteração de normas;

CONSIDERANDO que para o exercício da função institucional do art. 129, II, a Lei n.º 8.625/1993 estabelece caber ao Ministério Público expedir recomendações,





Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima, Teresina – Pl. CEP: 64049-440 – CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito (art. 27, parágrafo único, IV);

CONSIDERANDO que a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas;

CONSIDERANDO que a recomendação se rege, entre outros, pelos seguintes princípios: I – motivação; II – formalidade e solenidade; III – celeridade e implementação tempestiva das medidas recomendadas; IV – publicidade, moralidade, eficiência, impessoalidade e legalidade; V – máxima amplitude do objeto e das medidas recomendadas; VI – garantia de acesso à justiça; VII – máxima utilidade e efetividade; VIII – caráter não-vinculativo das medidas recomendadas; IX – caráter preventivo ou corretivo; X – resolutividade; XI – segurança jurídica; X – a ponderação e a proporcionalidade nos casos de tensão entre direitos fundamentais;

RESOLVE:

Expedir a presente RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA ao Secretário de Saúde do Estado do Piauí Sr. Antônio Luiz Soares (e a pessoa que venha a lhe substituir) e a Diretora-Geral do Hospital Infantil Lucídio Portella, Srª Leiva Moura (e a pessoa que venha a lhe substituir), a fim de que providenciem, no prazo de 10 (dez) dias, o saneamento das irregularidades encontradas no Relatório de Vistoria nº 264/2024 – Nº 3, conforme elencadas abaixo.

- 1 Serviço de Anestesia INSTRUMENTOS E MATERIAIS
- 1.1 Dispositivo para cricotireotomia;





Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima, Teresina – Pl. CEP: 64049-440 – CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

2 – Serviço de Anestesia – EQUIPAMENTOS

- 2.1 Meios para assegurar a normotermia;
- 2.2 Dispositivo para cricotireotomia;
- 2.3 Fibroscópio e videolaringoscópio nas situações de via aérea difícil, para intubação traqueal: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.174/2017 Anexo VII;
- 2.4 Equipamentos que permitam a monitorização da junção neuromuscular, nos casos com uso de bloqueador neuromuscular: Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.174/2017 Anexo VII;

3- Serviço de Anestesia - Recursos Humanos

- 3.1 Contratação de mais um médico anestesista para ficar responsável pela quarta sala cirúrgica;
- 3.2 Disponibilização de escalas fixas de plantão;

Dá-se o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento desta, para que os destinatários se manifestem acerca do acolhimento da presente Recomendação, informando a esta Promotoria de Justiça, comprovadamente, em igual prazo, quais as providências encetadas para seu cumprimento.

Ficam os destinatários da Recomendação advertidos dos seguintes efeitos dela advindos:

- a) tornar inequívoca a demonstração da consciência da ilicitude do recomendado:
- b) caracterizar o dolo, má-fé ou ciência da irregularidade, por ação ou omissão, para viabilizar futuras responsabilizações em sede de ação civil pública por ato de improbidade administrativa quando tal elemento subjetivo for exigido;
 - c) constituir-se em elemento probatório em sede de ações cíveis ou criminais.





Av. Lindolfo Monteiro, nº 911, Ed. Maria Luíza F. Fortes, 3º andar, Bairro de Fátima, Teresina – Pl. CEP: 64049-440 – CNPJ Nº 05.805.924/0001-89

Comunique-se ao Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde – CAODS.

Publique-se, registre-se e notifique-se.

Teresina (PI), 24 de abril de 2025.

Doc: 7658296, Página: 5

ENY MARCOS VIEIRA PONTES

Promotor de Justiça – 12ª PJ

